



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680152 - MG (2021/0219256-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ARNALDO DONERIS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ARNALDO DONERIS DE OLIVEIRA - MG183927
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CARLOS LENE SOUZA GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS LENE SOUZA GONCALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.060784-2/000).

O paciente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que inexistem os requisitos do art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem e a consequente revogação da prisão cautelar para que o paciente possa responder ao processo em liberdade e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem nos exatos termos da liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada foi fundamentada da seguinte forma:

EMENTA: HABEAS CORPUS –TRÁFICO DE DROGAS–FLAGRANTE PREPARADO –VIA IMPRÓPRIA –NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA –PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA –APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES –PRESENÇA DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL –CONSTRANGIMENTO ILEGAL

NÃO VERIFICADO –SUBSTITUIÇÃO POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR–IMPOSSIBILIDADE –PERICULOSIDADE DO AGENTE E RISCO À ORDEM PÚBLICA –MANUTENÇÃO DA PRISÃO –ORDEM DENEGADA. É inviável a apreciação do alegado flagrante preparado na via estreita do Habeas Corpus, por demandar análise detida e dilação probatória. Restando demonstrados os indícios de autoria, a prova da materialidade bem como a periculosidade do Paciente, haja vista a expressiva quantidade de drogas apreendidas, imperiosa é a manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, inviabilizando a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente